



Cooperativismo e Economia Solidária como Estratégia de Resistência: Estudo de Caso da CATANORTE.

CARMO, Marina Conceição do¹;
CHRISTOFOLETTI, Rafael²

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Economia Solidária, Cooperativismo, Autogestão e Trabalho Associado

Resumo

O relato de experiência técnica apresenta a experiência de incubação e formação à Cooperativa CATANORTE na Vila Princesa, Porto Velho – Rondônia via Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNIR. Os catadores, historicamente dependentes da coleta de materiais recicláveis no lixão municipal enfrentam situação de vulnerabilidade social e econômica. O projeto fortaleceu a organização coletiva, apoiou demandas cotidianas e ampliou a atuação com base na economia solidária, cooperativismo, autogestão e trabalho associado. A metodologia envolveu participação em reuniões quinzenais de diretoria para problematizações de questões cotidianas da Cooperativa. Entre os principais resultados destacam-se a adoção da construção de um novo modelo de coleta seletiva, a manutenção da renda dos catadores, o fortalecimento da coesão e resistência do grupo, consolidando a economia solidária como estratégia de sobrevivência e evidenciando a importância da autogestão e da cooperação para inclusão social e sustentabilidade econômica.

Palavras-chave: coleta seletiva; inclusão social; fechamento de lixão; autogestão.

Contexto

A respectiva experiência foi realizada na Vila Princesa, comunidade localizada na zona rural do município de Porto Velho, Rondônia, região amazônica. O período escolhido refere-se a partir do ano de 2023, após o encerramento das atividades do lixão municipal. Historicamente, grande parte dos moradores dessa comunidade dependia da coleta de materiais recicláveis como principal fonte de subsistência diretamente do lixão. Com o seu fechamento, a comunidade passou a enfrentar uma situação de extrema vulnerabilidade social e econômica, marcada pela ausência de alternativas de geração

¹ Universidade Federal de Rondônia, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP/UNIR, marina.carmo@hotmail.com

² Universidade Federal de Rondônia, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP/UNIR, rafael.c@unir.br



de renda, falta de acesso à educação adequada e insuficiência de políticas públicas de assistência.

O projeto “Incubação da CATANORTE” vinculado à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNIR tem como objetivo geral desenvolver processos de incubação e formação com a Cooperativa Rondoniense de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis (CATANORTE), auxiliando seus cooperados na problematização, enfrentamento e construção de saídas para diversas demandas cotidianas, fortalecer sua organização coletiva e ampliar suas possibilidades de atuação em consonância com os princípios da economia solidária. A experiência evidencia desafios e aprendizados de um território marcado pela luta por condições dignas de trabalho, pela inclusão social dos catadores e pela urgência de políticas públicas voltadas à gestão sustentável de resíduos sólidos.

Descrição da Experiência

A metodologia adotada fundamenta-se no Programa de Extensão da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Rondônia. Pelo projeto são desenvolvidas atividades como: participação em reuniões quinzenais de diretoria, assembleias e grupos de trabalho da cooperativa, participação em espaços de participação social como Fóruns, reuniões de equipe e de orientação do projeto, reuniões gerais da Incubadora, entre outros. Nos encontros com os catadores, as demandas do coletivo são apresentadas e pensadas coletivamente entre equipe de incubação, composto por bolsistas e pelo coordenador do projeto e os catadores. A partir da diversidade de áreas de conhecimento dos integrantes, a incubadora busca construir com o coletivo de catadores soluções para os desafios enfrentados pela Cooperativa, bem como mediar discussões inerentes a organização coletiva. Todo o processo está ancorado nos princípios da economia solidária, priorizando a horizontalidade das relações e a valorização dos direitos dos cooperados como membros ativos e fundamentais da cooperativa e tem levado a uma série de problematizações sobre temas candentes da sociedade como os processos de fechamentos dos lixões.

Do ponto de vista social, o fechamento de lixões é comumente associado à urgência ambiental e à busca por alternativas de descarte de resíduos mais sustentáveis e respeitadas. Paralelamente, discursos midiáticos têm reforçado a prática de encerramento dessas áreas a qualquer custo. Um exemplo é a publicação da Prefeitura de Porto Velho, em 2023, cuja manchete destacava: *“A adesão ao modelo também traz benefícios sociais, pois permite condições de trabalho mais dignas aos catadores, uma vez que o aterro sanitário acaba estimulando a coleta seletiva por parte da população”* (Bentes, 2023).

Entretanto, a mesma Prefeitura que ressalta a dignidade dos catadores e o incentivo à coleta seletiva é também aquela que, ao promover o fechamento do lixão de Porto Velho, incorre em evidente descumprimento da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Tal legislação, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece, entre outros pontos, o estímulo à reciclagem, a implementação de planos de coleta seletiva e, sobretudo, a inclusão socioeconômica dos catadores — diretrizes centrais que não foram observadas no processo em questão (Brasil, 2010).



Diante desse cenário, centenas de pessoas que tinham na coleta de materiais recicláveis não apenas uma fonte de renda, mas também um elemento constitutivo de sua identidade, viram-se subitamente sem perspectivas e sem saber como reagir à nova realidade. A perda repentina da principal atividade econômica impactou diretamente indivíduos em sua maioria não escolarizados e sem outra profissão definida, resultando no desmoronamento de trajetórias de vida construídas ao longo de décadas (Costa, 2023).

Resultados

Observa-se que os impactos econômicos e sociais decorrentes do fechamento do lixão municipal de Porto Velho foram expressivos e de difícil mensuração. Frente a essa realidade, e em consonância com os princípios históricos de coletividade e economia solidária, o cooperativismo — entendido como a união de pessoas, e não de capital ou bens materiais — revelou-se o fator decisivo para a resistência e a sobrevivência deste grupo social (Schiochet, 2012).

A Cooperativa CATANORTE é uma organização da sociedade civil composta por catadores de materiais recicláveis, com a finalidade de promover a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda, pautando suas ações nos princípios da economia solidária, da autogestão e da igualdade. Criada em 2004 e formalizada em 2010, a cooperativa consolidou-se como o principal símbolo de resistência diante da ausência de políticas de inclusão social na comunidade.

Após o fechamento do lixão, a cooperativa juntamente com a ITCP UNIR tem construído um novo modelo de trabalho, baseado na coleta seletiva dos chamados grandes geradores, como condomínios e estabelecimentos comerciais, estratégia que ainda se encontra em fase de adaptação. Diariamente, realizam-se as atividades de coleta e separação dos materiais. O processo inicia-se com a coleta bruta dos resíduos, que frequentemente contém grande quantidade de lixo úmido e não reciclável. Posteriormente, os materiais são encaminhados à cooperativa, onde passam por triagem, prensagem e adequação aos requisitos de comercialização. Todos os resíduos recicláveis coletados são comercializados e reinseridos na cadeia produtiva, sendo que a renda dos catadores continua proveniente integralmente da venda de materiais recicláveis.

Considerações Finais

Diante do exposto, percebe-se que o município de Porto Velho e o estado de Rondônia não tem respeitado em grande medida as condições previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, deixando lacunas significativas na inclusão e proteção dos catadores de materiais recicláveis. Observa-se, ainda, que a sobrevivência desse grupo social é sustentada pelo cooperativismo e pelos princípios da economia solidária, que possibilitam a organização coletiva, a valorização do trabalho e a manutenção da renda. A experiência evidencia que, mesmo diante de adversidades estruturais e de políticas públicas insuficientes, a união, a autogestão e a solidariedade entre os cooperados são fatores decisivos para a resistência, a continuidade das atividades



produtivas e a promoção de cidadania no contexto local. Além disso, reforça-se a importância da atuação da Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, políticas públicas efetivas e de estratégias institucionais de apoio que reconheçam e fortaleçam o papel socioeconômico dos catadores, garantindo condições dignas de trabalho e inclusão social sustentável.

Referências

BENTES, Pedro. **Fechamento do Lixão de Porto Velho**. Disponível em: > <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/41442/meio-ambiente-fechamento-do-lixao-e-adesao-a-aterro-sanitario-traz-beneficios-ambientais-sociais-e-financeiros-a-porto-velho>
Acessado em: > 23/08/2025.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

COSTA, Emily. **Sem saber o que fazer: desativação do lixão da Vila Princesa**. Disponível em: > <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2023/08/31/sem-saber-o-que-fazer-desativacao-do-lixao-da-vila-princesa-preocupa-catadores-em-porto-velho.ghtml>
Acessado em: 24/08/2025.

SCHIOCHET, Valmor. **A Economia Solidária nos movimentos sociais: da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil**. In: BENINI, Édi A.; FARIA, Maurício Sardá de; NOVAES, Henrique T.; DAGNINO, Renato (Orgs.). Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. v. II. São Paulo: Editora Benini, 2012.